



GABINETE DO PREFEITO

Ofício nº 0605-18

Itaqui(RS), 04 de dezembro de 2018.

Exmo. Sr. Vereador

**LEONARDO DICSON SANCHES BETIN**

Presidente da Câmara de Vereadores

Palácio Rincão da Cruz

Rua Dr. João Sisnando Dubal Goulart, nº 942

Bairro: Centro

CEP: 97650-000

Itaqui – RS

**Assunto:** Encaminhamento de Projeto de Lei.

Excelentíssimo Presidente.

Ao cumprimentar Vossa Excelência, vimos encaminhar, para apreciação e decisão por parte dessa Casa Legislativa, o **Projeto de Lei nº 067-18, de 04-12-2018**, que busca autorização para *“indenizar encargos bancários, acrescidos de juros, nos empréstimos por consignações realizados pelos aposentados e pensionistas, vinculados ao Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor – FAPS – do Município de Itaqui, para antecipação do recebimento da gratificação natalina de 2018”*.

Colocamo-nos a disposição para os demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Respeitosamente,

  
**Jarbas da Silva Martini**  
Prefeito



GABINETE DO PREFEITO

**PROJETO DE LEI Nº 067-18, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2018**

Fica autorizado o Executivo Municipal, a indenizar encargos bancários, acrescidos de juros, nos empréstimos por consignações realizados pelos aposentados e pensionistas, vinculados ao Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor – FAPS – do Município de Itaqui, para antecipação do recebimento da gratificação natalina de 2018.

**Art. 1º** O Poder Executivo fica autorizado a indenizar valores relativos aos encargos bancários nos contratos de empréstimos por consignações realizados pelos aposentados e pensionistas, vinculados ao Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor – FAPS – do Município de Itaqui, para antecipação do recebimento da gratificação natalina de 2018, acrescidos de taxas de juros.

**Parágrafo Único.** A indenização decorre de consignação bancária, a ser realizada pelos aposentados e pensionistas alcançados pelo benefício da gratificação natalina.

**Art. 2º** As despesas decorrentes da aplicação do disposto nesta lei, correrão por conta de dotação orçamentária própria.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito, em 04 de dezembro de 2018.**

  
**JARBAS DA SILVA MARTINI**  
Prefeito



**CAMARA MUNICIPAL DE ITAQUI**

Rua João Dubal Goulart, 942

ITAQUI - RS

55 34338207 - CNPJ : 90.776.279/0001-92

contador@camaraitaqui.rs.gov.br

www.camaraitaqui.rs.gov.br

PROCESSO N° 286/2018  
IMPRESSÃO DE DESPACHO  
Data: 04/12/2018  
Hora: 09:55  
Usuário: CID VANDERLEI KRAHN  
Público: Sim

**Processo :** 286/2018

**Data :** 04/12/2018

**Tipo :** PROJETO DE LEI

**Requerente :** PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI

**Observação :** ENCAMINHAMENTO DE PROJETO DE LEI.

**Titular do Processo :** PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI

**Hora :** 08:46

**Atendente :** ANDRELIZE ORTIZ DE MELLO

**Despacho :** Anexo, Parecer da Procuradoria



**CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI - RS**  
**PALÁCIO RINCÃO DA CRUZ**  
**PROCURADORIA**

Itaqui (RS), 04 de dezembro de 2018

Ref.: PL 067/2018 – Autoriza Município custear os encargos do 13º dos Servidores Inativos e Pensionistas do Município

Assunto: Parecer de Constitucionalidade/Legalidade

Senhores Vereadores,

Trata-se de pedido de autorização para que a Prefeitura arque com os custos do financiamento que será concedido pelo Banrisul a cada um dos inativos e pensionistas do Poder Executivo, referente ao "13º salário" (gratificação natalina) dos mesmos.

Tecnicamente, esta operação é chamada de ARO – Antecipação de Receita Orçamentária e, por isso, deverá ter recursos destinados a suportá-los na proposta orçamentária (LOA) de 2019, o que, conforme informado pela Contadora Geral do Município, Simone Grauna, está estabelecido na LOA em andamento nesta Casa.

As condições de operacionalização deste ARO dependem, PRIMEIRAMENTE, da autorização legislativa e, de posse desta, o ente bancário que irá submeter o pedido de ARO às autoridades competentes, para que seja submetido às regras do Sistema Financeiro Nacional (CMN – Conselho Monetário Nacional, BACEN – Banco Central do Brasil), para que aquelas atestem que o Município preenche as condições necessárias para a operação.

Assim, o Banrisul financiará, integralmente, o 13º de cada servidor, cabendo à Prefeitura pagar o valor das parcelas mensais e dos encargos financeiros decorrentes do empréstimo..

Este sistema é idêntico ao que o Estado já se utilizou e NÃO ACARRETA NENHUMA DESPESA aos servidores, que receberão INTEGRALMENTE, e em PARCELA ÚNICA, o valor das suas GRATIFICAÇÕES NATALINAS.



**CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI - RS**  
**PALÁCIO RINCÃO DA CRUZ**  
**PROCURADORIA**

Conforme pode ser constatado na cópia anexa, o Município já se utilizou deste expediente nos anos de 2013 e 2017

Tem o PL, portanto, a finalidade de obter a autorização legislativa para poder assumir o valor dos encargos dos empréstimos, cabendo a iniciativa do PL ao Prefeito, como ocorreu e, em tese, nada obsta a regular apreciação do mesmo nesta Casa.

SMJ, é o nosso parecer,

Cid Krahn  
OAB 42.651  
Procurador Legislativo

**LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ITAQUI - RS**

.....  
**Art. 30 Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito:**

.....  
**XI - deliberar sobre empréstimo e operações de crédito, bem como a forma e os meios do seu pagamento;**